



Rasa - RJ

História:

A comunidade remanescente de quilombo da Rasa está localizada no município de Armação dos Búzios, na Região dos Lagos fluminense, e constitui um dos mais antigos e expressivos núcleos de ocupação negra do litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Sua formação histórica está profundamente associada à chegada de africanos escravizados pela região do Arpoador da Rasa e às trajetórias de homens e mulheres negros vinculados à antiga Fazenda Campos Novos, área que integrou uma importante rota ilícita do tráfico atlântico de africanos no século XIX. Fontes históricas e memórias comunitárias indicam, ainda, que a área da Ponta do Pai Vitório e da Praia Gorda foi utilizada como ponto de desembarque clandestino de africanos, reforçando a centralidade desse território na história da escravidão e da resistência negra na região.

Após a abolição da escravidão, em 1888, as famílias negras permaneceram no território, trabalhando nas fazendas locais e consolidando vínculos territoriais, redes de parentesco e formas próprias de sociabilidade. Com o avanço das disputas fundiárias, da grilagem de terras e das pressões associadas à expansão urbana, essas famílias passaram a sofrer expulsões progressivas de suas áreas de origem, sendo gradualmente empurradas para zonas periféricas do município. Muitas delas passaram a atuar em atividades como o trabalho nas salinas, a pesca artesanal e o cultivo de pequenas roças de subsistência, mantendo, contudo, uma relação histórica, simbólica e material com o território da Rasa, da Praia Gorda e do entorno do Mangue de Pedra.

A partir da segunda metade do século XX, sobretudo com a abertura da Avenida José Bento Ribeiro Dantas — principal eixo viário que conecta o centro de Búzios aos bairros periféricos e às praias oceânicas — e, em escala regional, com a construção da Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974, intensificou-se o fluxo turístico e imobiliário na Região dos Lagos. Em Búzios, esse processo foi acompanhado por políticas públicas voltadas prioritariamente à valorização paisagística e à mercantilização da natureza, em detrimento das populações tradicionais. Embora a cidade tenha sido projetada nacional e internacionalmente como destino turístico de alto padrão, persistem profundas desigualdades socioeconômicas e a invisibilização histórica das populações negras que vivem nos bairros periféricos, como a Rasa, majoritariamente habitado por população negra e nordestina.

Nesse contexto de intensificação da especulação imobiliária, a comunidade quilombola da Rasa passou a se organizar politicamente em defesa de seus direitos territoriais, culturais e ambientais. Um marco fundamental desse processo foi a criação, em 1998, do Movimento Negro de Búzios, no âmbito da Câmara Municipal, que passou a denunciar as desigualdades raciais no acesso a serviços públicos e a segregação socioespacial no município. Em 1999, foi

fundada a Associação dos Moradores Quilombolas da Rasa, inicialmente reunindo também descendentes de pessoas escravizadas dos bairros de Baía Formosa e Maria Joaquina, até que, em 2010, cada localidade passou a constituir sua própria organização associativa.

O reconhecimento oficial da comunidade ocorreu em 9 de novembro de 2005, com a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, em conformidade com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e com o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o processo de reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo.

Os quilombolas da Rasa são protagonistas de uma das mais emblemáticas lutas socioambientais do litoral fluminense: a defesa do Mangue de Pedra, localizado na Praia Gorda. Trata-se de um ecossistema raríssimo do ponto de vista biogeológico, existente em apenas três localidades no mundo — uma no Japão e duas no Brasil, sendo a outra localizada em Recife. Sob a camada rochosa do mangue encontra-se um aquífero de água doce que sustenta elevada biodiversidade marinha, fazendo da área um verdadeiro berçário natural. Além de seu valor ambiental, o mangue possui profundo significado histórico e cultural para a comunidade quilombola, integrando sua memória coletiva, suas práticas de subsistência e sua identidade territorial.

Apesar de o Plano Diretor de Búzios reconhecer a área como Zona de Conservação da Vida Silvestre e Área Especial de Interesse Ambiental (AEIA-4), a prefeitura municipal autorizou, a partir de 2011, a implantação de um empreendimento imobiliário do tipo apart-hotel, denominado Gran Riserva 95, com base em licenças ambientais e urbanísticas amplamente contestadas por moradores, pesquisadores e movimentos sociais. Estudos técnicos apresentados por especialistas alertaram para os impactos irreversíveis das obras sobre o ecossistema do mangue, contrariando pareceres favoráveis emitidos por gestores municipais.

A mobilização da comunidade quilombola da Rasa, em articulação com ambientalistas, pesquisadores, entidades do movimento negro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, resultou em uma série de audiências públicas, manifestações e ações judiciais. Em 2012, o Ministério Público questionou a competência do município para o licenciamento da obra e obteve decisão liminar suspendendo as intervenções previstas. Posteriormente, o Decreto Municipal nº 1.059/2018 instituiu oficialmente a Área de Proteção Ambiental Mangue de Pedras, assegurando proteção legal ao ecossistema e reconhecendo sua relevância ambiental, histórica e cultural.

A luta em defesa do Mangue de Pedra consolidou a comunidade quilombola da Rasa como sujeito político central nos debates sobre justiça ambiental, direito ao território e preservação da memória da escravidão no Brasil. Ao transformar um conflito ambiental em afirmação identitária, a comunidade rompeu com décadas de invisibilidade e reafirmou sua condição de guardiã de um patrimônio natural, histórico e cultural de relevância nacional.

A trajetória da comunidade quilombola da Rasa é, assim, marcada pela resistência à expropriação, pela preservação da memória coletiva da escravidão e do pós-abolição e pela articulação entre luta territorial, identidade negra e defesa da natureza. Sua história revela, de forma exemplar, como os conflitos contemporâneos em torno da mercantilização da natureza estão profundamente enraizados nas heranças do passado escravista e nas desigualdades

raciais estruturais que ainda moldam o espaço urbano e rural brasileiro.

Município / Localização: Armação dos Búzios

Número de famílias: 422 famílias

Estágio no processo e regularização territorial: Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 09/11/2005 - Processo: 01420.000101/1999-51 - Incra - Processo: 54180.001112/2004-78 - Publicação do RTID no DOU em 27/06/2017.

Referência:

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Plano Diretor de Armação dos Búzios: Anexo VII - Descrição das Áreas de Especial Interesse. Armação dos Búzios, 2006. Disponível em: arquivo institucional da Prefeitura de Armação dos Búzios. Acesso em: 19 jan. 2026.

BOMFIM, Thaís de Oliveira; SILVA, Álvaro Domingues da; SARAIVA, Victor Barbosa. Caracterização do Mangue de Pedra, Armação dos Búzios - RJ, para o monitoramento através de imagens obtidas por VANT. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE, 8., 2019, Macaé, RJ. *Anais eletrônicos* [...]. Macaé: SIGABI, 2019. p. 1-9. ISSN 2525-4928. Disponível em: <http://itr.ufrj.br/sigabi/anais>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

ENGEMANN, Carlos; AMANTINO, Márcia. A fazenda de Campos Novos e sua história - séculos XVII e XVIII. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2010. *Resumo expandido*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria nº 43, de 09 de novembro de 2005. Certidão de Autorreconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. RJ - *Quilombolas lutam por território de direito e contra a especulação imobiliária na Rasa, em Búzios*. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-lutam-por-territorio-de-direito-e-contra-a-especulacao-imobiliaria-na-rasa-em-buzios/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

OBSERVATÓRIO DAS TERRAS QUILOMBOLAS. Dados de terras quilombolas. Centro de Pesquisa

e Iniciativas para os Direitos das Populações (CPISP). Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

PORTAL VIU!. Búzios-RJ | Prefeito cria área de preservação ambiental. Portal Viu!, 09 nov. 2018. Atualizado em 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.portalviu.com.br/cidades/buzios-rj-prefeito-cria-area-de-preservacao-ambiental>. Acesso em: 19 jan. 2026.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. Quilombo da Rasa: Justiça Federal determina realização de audiência pública em 19/9. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.trf2.jus.br/trf2/noticia/2024/quilombo-da-rasa-justica-federal-determina-realizacao-de-audiencia-publica-em-199>. Acesso em: 07 nov. 2025.

VAZ, Ana Carolina de Sousa; CEZAR, Lilian Sagio. Tradição oral, construção de diálogo e conhecimento na comunidade quilombola da Rasa. *Campos - Revista de Antropologia*, dossiê, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/74233/44117>. Acesso em: 07 nov. 2025.

Redação: YABETA, Daniela. Quilombo Rasa (RJ). IN: Atlas do Observatório Quilombola. Observatório Quilombola. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 06 de janeiro de 2026.

Pesquisa(s): Caio Lima; Daniela Yabeta; Maria Eduarda Goulart.

Mais informações: Daniela Yabeta é professora de História do Brasil no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Erechim) - Coordenadora do Observatório de História da Fronteira Sul (OHF-Sul).

Url: <https://koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/rasa/1131>

Verbete atualizado em 19/01/2026